

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Art Renato Souza Pinto Soeiro

**ADEQUABILIDADE, PRATICABILIDADE E
ACEITABILIDADE DE UM POSSÍVEL EMPREGO DE TROPA
DA FORÇA TERRESTRE NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO)**



Rio de Janeiro

2022

Cel Art Renato Souza Pinto Soeiro

**ADEQUABILIDADE, PRATICABILIDADE E ACEITABILIDADE
DE UM POSSÍVEL EMPREGO DE TROPA DA FORÇA
TERRESTRE NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO)**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Candido Cristino Luquez Marques Filho

Rio de Janeiro
2022

S681a Soeiro, Renato Souza Pinto

Adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de um possível emprego de tropa da Força Terrestre na missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) —2022.

39 f. : il.; 30 cm

Orientação: Candido Cristino Luquez Marques Filho.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 33-34

1. MISSÃO DA ONU. 2. OPERAÇÕES DE PAZ. 3. MONUSCO.
4. EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE I. Título.

Cel Art Renato Souza Pinto Soeiro

Adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de um possível emprego de tropa da Força Terrestre na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em

COMISSÃO AVALIADORA

Candido Cristino Luquez Marques Filho- Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Fernando Luiz Velasco Gomes - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Márcio Tomaz de Aquino - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

SUMÁRIO EXECUTIVO

Após o encerramento da participação brasileira na Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), ocorrida de 2004 até 2017, abriu a possibilidade de envio de tropa para outras operações de paz e o Brasil deve estar preparado para o emprego em outras missões. Com esse objetivo, em 2016 foi realizado um trabalho pela Subchefia de Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, para determinar, dentre as atuais operações de paz das Nações Unidas, por ordem de prioridade, quais seriam mais adequadas, praticáveis e aceitáveis. Com o intuito de atualizar a análise realizada em 2016, o objetivo geral traçado para o presente trabalho foi verificar a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de um possível emprego de tropa da Força Terrestre na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Os instrumentos metodológicos utilizados no presente trabalho foram uma pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário semi-estruturado. As análises seguiram a mesma sequência do Projeto SETA 2016 do Ministério da Defesa. Foram estabelecidos critérios críticos e critérios desejáveis que balizaram o estudo e forneceram os subsídios necessários às análises de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade da missão estudada. Após análise dos fatores da MONUSCO, verificou-se que é ADEQUADO, PRATICÁVEL e ACEITÁVEL o possível emprego de tropas brasileiras na referida missão. e os fatores da missão permaneceram inalterados se comparados à análise realizada em 2016 pelo Ministério da Defesa. Assim, após o atendimento de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade dos fatores da missão e questionamento à militares que serviram na MONUSCO, verificou-se que o possível emprego de tropas na referida missão é interessante para o Exército Brasileiro, Ministério da Defesa e para o Brasil.

Palavras chave: Missão da ONU, MONUSCO, Operações de paz, Emprego da Força Terrestre

ABSTRACT

After the end of the Brazilian participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), which took place from 2004 to 2017, the possibility of sending troops to other Peacekeeping Operation opened up, and Brazil must be prepared for the employment in other missions. With this objective in mind, in 2016 a study was carried out by the Ministry of Defense Joint Chief of Staff of the Armed Forces Deputy Chief of Peacekeeping Operations to determine, among the current United Nations peace operations, in order of priority, which would be most suitable, practicable and acceptable. In order to update the analysis carried out in 2016, the general objective outlined for the present work was to verify the suitability, practicability and acceptability of a possible employment of troops of the Army in the United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO). The methodological instruments used in the present work were a bibliographical and documental research and application of a semi-structured questionnaire. The analyzes followed the same sequence as the SETA 2016 Ministry of Defense Project. Critical criteria and desirable criteria were established and guided the study and provided the necessary subsidies for the analysis of suitability, practicability and acceptability of the mission studied. After analyzing the MONUSCO factors, it was found that the possible employment of Brazilian troops in that mission is ADEQUATE, PRACTICAL and ACCEPTABLE. The mission factors remained unchanged compared to the analysis carried out in 2016 by the Ministry of Defense. Thus, after meeting the suitability, practicability and acceptability of the mission factors and questioning the military who served in MONUSCO, it was found that the possible deployment of troops in that mission is interesting for the Brazilian Army, Ministry of Defense and for Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Definição do entorno estratégico brasileiro.....	11
Figura 2 – Distância entre o Porto do Rio de Janeiro até o Porto de Matadi na RDC.....	20
Figura 3 - Distância entre o Porto de Matadi e Kinshasa, cidade sede da MONUSCO	21
Figura 4 - Distribuição de efetivo militar da MONUSCO.....	39
Figura 5 - Articulação das Forças na MONUSCO em 2022.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pontuação para influência da elevação nas operações.....	24
Quadro 2 - Pontuação para influência da vegetação nas operações.....	24
Quadro 3 - Pontuação para clima tropical	24
Quadro 4 - Pontuação para proximidade do litoral	25
Quadro 5 - Pontuação para o Fator Influência das Condições Ambientais	25
Quadro 6 - Pontuação para distância entre a base e locais de atuação da tropa	26
Quadro 7 - Pontuação para infraestrutura disponível.....	26
Quadro 8 - Pontuação para as estradas principais	26
Quadro 9 - Pontuação para as estradas secundárias	26
Quadro 10 - Pontuação para o percentual do país com estradas ruins	27
Quadro 11 - Pontuação para condições gerais das estradas	27
Quadro 12 - Pontuação total para o Fator Custo do Apoio Logístico e Infraestrutura Local ..	27
Quadro 13 - Pontuação para atividades criminais	27
Quadro 14 - Pontuação para engajamento hostil das Forças da ONU por combatentes participantes do processo de paz	28
Quadro 15 - Pontuação para existência de minas terrestres não controladas	28
Quadro 16 - Pontuação para potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por facções não participantes do processo de paz	28
Quadro 17 - Pontuação total de pontos do Fator Nível de hostilidade e intensidade das operações	29
Quadro 18 - Percentual total dos fatores de missão	29
Quadro 19 - Matriz de vantagens e desvantagens da MONUSCO	29

LISTA DE ABREVIATURAS

AED	Ações Estratégicas de Defesa
Ba Ap Log Ex	Base de Apoio Logístico do Exército
DPO	Departamento de Operações de Paz
END	Estratégia Nacional de Defesa
MINUSTAH	Missão de Estabilização no Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República
Democrática do Congo	
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEM	Plano Estratégico da Marinha
PND	Política de Defesa Nacional
RDC	Republica Democrática do Congo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 METODOLOGIA.....	11
3 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CRÍTICOS DA MONUSCO.....	12
3.1 Princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal.....	12
3.2 A missão deverá ocorrer sobre o manto das regras explicitadas no capítulo VI ou VII da carta das Nações Unidas.....	13
3.3 A missão deverá gozar da concordância mútua das partes em conflito.....	13
3.4 A missão deve ser baseada, preferencialmente, em países de Língua Portuguesa ou que estejam situados no entorno estratégico do Brasil, incluindo a América Latina e África.....	18
3.5 A missão deve permitir que o rodízio das tropas brasileiras ocorra a cada 6 meses mesmo que o rodízio intermediário ocorra por conta do Brasil.....	19
3.6 Optar, preferencialmente, por missões localizadas em países banhados pelo oceano a fim de facilitar a logística de ressuprimento das tropas.....	22
3.7 As missões que possuam tropas ou oficiais de estado-maior oriundos de países de primeiro mundo ou que sejam membros da OTAN despertam particular interesse em virtude da possibilidade de agregar valor à doutrina de operação atual.....	22
3.8 A missão deve, preferencialmente, fazer parte do rol de necessidades da ONU explicitadas no documento “Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping _ 2019”.....	23
3.9 Análise dos Fatores da Missão.....	23
4. MATRIZ DE VANTAGENS E DESVANTAGENS	29
5. PARECER FINAL SOBRE A MISSÃO.....	29
6. COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE 2022 COM O RELATÓRIO DO PROJETO SETA DE 2016.....	31
7 CONCLUSÕES.....	31
8 REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem contribuído sobremaneira para a paz e segurança mundial. Sua primeira participação em missões de paz ocorreu em 1947, quando militares e diplomatas brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que atuou na região dos Balcãs, na Europa. Cerca de dez anos depois, o Brasil participou pela primeira vez com tropas, organizadas em contingentes de unidades constituídas, na região do Canal de Suez.

Desde então, o país participou de quarenta e sete missões, sendo quarenta e três operações de manutenção da paz, tendo enviado cerca de 50 mil militares para diversas partes do mundo (ROCHA, 2021). A participação brasileira nessas operações foi pautada pelos princípios constitucionais e ocorreram em consonância com os mais importantes interesses brasileiros, expressados claramente na Política de Defesa Nacional (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END) 2019.

A PND (2019) alerta que a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tendem a acentuar-se, de sorte que o país poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missões.

Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirão ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional.

Uma das Ações Estratégicas de Defesa (AED), inseridas na END (2019) aponta para a necessidade de preparar as Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz

A PND (2019) observa os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, assim como a projeção do país no concerto das Nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar.

Após o encerramento da participação brasileira na Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), ocorrida de 2004 até 2017, abriu a possibilidade de envio de tropa para outras operações de paz e o Brasil deve estar preparado para o emprego em outras missões.

Com esse objetivo, em 2016 foi realizado um trabalho pela Subchefia de Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, com o objetivo de determinar, dentre as atuais operações de paz das Nações Unidas, por ordem de prioridade, quais seriam mais adequadas, praticáveis e aceitáveis. A fim de melhor compreender a situação, os aspectos históricos e a situação das missões em curso foram exploradas e foram estabelecidos indicadores que permitiram a comparação dos fatores de sucesso, bem como os riscos associados a essas operações. Em seguida, os meios disponíveis para um futuro emprego foram contrapostos às necessidades explicitadas pela ONU e, para cada missão, as capacidades foram confrontadas com os critérios críticos e desejáveis estabelecidos para definir se o emprego agregaria valor às Forças Armadas.

Com o intuito de atualizar a análise realizada em 2016, o objetivo geral traçado para o presente trabalho foi verificar a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de um possível emprego de tropa da Força Terrestre na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Os objetivos específicos foram estabelecidos como: identificar a situação atual da República Democrática do Congo; compreender MONUSCO; Analisar a missão por meio do Processo Hierárquico Analítico; identificar se houve alteração da análise realizada em 2016.

O estudo delimitou-se na área do entorno estratégico brasileiro na África, que possui missão de paz da ONU que é o Congo com a MONUSCO, pois a PND (2019) estabelece como área de interesse prioritário.

O entorno estratégico brasileiro é definido pela América do Sul, Atlântico Sul, Costa Ocidental da África e Continente Antártico. O Atlântico Sul é a região delimitada geoestratégicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (PND). “O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte”, segundo define o Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040.



Figura 1 - Definição do entorno estratégico brasileiro
Fonte: Plano Estratégico da Marinha 2040.

2 METODOLOGIA

Os instrumentos metodológicos utilizados no presente trabalho foram uma pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário semi-estruturado.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em fontes de conhecimento científico, tais como livros e artigos, em meios físicos e digitais.

A pesquisa documental utilizou fontes da Organização das Nações Unidas, Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro.

O questionário foi aplicado em militares que integraram ou integram a MONUSCO. Dentre eles 02 (dois) Assistentes Militares do Comandante das Tropas (*SENIOR MILITARY ASSISTANT TO FORCE COMMANDER*), 01 (um) integrante da Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva e 01 (um) integrante da Célula de Operações da Missão.

As análises seguiram a mesma sequência do Projeto SETA 2016 do Ministério da Defesa. Foram estabelecidos critérios críticos e critérios desejáveis que balizaram o estudo e forneceram os subsídios necessários às análises de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade da missão estudada.

Os critérios críticos estabelecidos foram:

a) os princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal, deverão ser respeitados na íntegra;

b) a missão deverá ocorrer sob o manto das regras explicitadas nos capítulos VI ou VII da Carta da Nações Unidas; e

c) a missão deverá gozar da concordância mútua das partes em conflito.

Os critérios desejáveis estabelecidos foram:

a) a missão deve ser baseada, preferencialmente, em países de Língua Portuguesa ou que estejam situados no entorno estratégico do Brasil, incluindo a América Latina e África;

b) a missão deve permitir que o rodízio das tropas brasileiras ocorra a cada 6 meses, mesmo que o rodízio intermediário ocorra por conta do Brasil;

c) optar, preferencialmente, por missões localizadas em países banhados pelo oceano a fim de facilitar a logística de ressuprimento das tropas;

d) as missões que possuam tropas ou oficiais de estado-maior oriundos de países de primeiro mundo ou que sejam membros da OTAN despertam particular interesse em virtude da possibilidade de agregar valor à doutrina de operação atual;

e) a missão deve, preferencialmente, fazer parte do rol de necessidades da ONU explicitadas no documento “Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping - 2019”.

f) o resultado dos "fatores de missão" não deve ser maior que 12%.

Os "fatores de missão", definidos pelo Manual de políticas e procedimentos para reembolso e controle de contingentes dos países contribuidores de tropa em missões de paz são:

- FATOR DA INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS;
- FATOR CUSTO DO APOIO LOGÍSTICO E INFRAESTRUTURA LOCAL;
- FATOR NÍVEL DE HOSTILIDADE E INTENSIDADE DAS OPERAÇÕES.

3. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CRÍTICOS DA MONUSCO

Apesar da abrangência, o presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas sim, fornecer uma visão geral e ampla de cada um dos países de maneira permitir o entendimento das causas que levaram à intervenção da ONU e como está a situação atual do país e da missão de Paz.

3.1 PRINCÍPIOS VIGENTES RELATIVOS ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, PREVISTOS NO ARTIGO 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O artigo 4º da Constituição Federal afirma que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;

- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.

Em 1 de Julho de 2010, o Conselho de Segurança, através da sua Resolução 1925, renomeou a MONUC para Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) afim de refletir a nova fase alcançada no país. A nova missão foi autorizada a utilizar todos os meios necessários para levar a cabo o seu mandato relativo, entre outras coisas, à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e para apoiar o Governo da RDC na sua estabilização e os esforços de consolidação da paz.

O Conselho de Segurança decidiu que a MONUSCO incluiria, além dos componentes civis, judiciário e de correição, um máximo de 19.815 militares, 760 observadores militares, 391 agentes da polícia e 1.050 membros de unidades formadas de polícia.

Embora um progresso significativo tenha sido alcançado na RDC desde o estabelecimento da operação de manutenção da paz da ONU lá e a situação em muitas regiões do país estejam em geral estabilizadas, a parte oriental continuou a ser atormentado por ondas recorrentes de conflitos, crises humanitárias crônicas e graves violações dos direitos humanos, incluindo a violência sexual baseada no gênero.

Contribuindo para os ciclos de violência há a contínua a presença de grupos armados congolezes e estrangeiros que se aproveitam de vazio de poder e de segurança na parte oriental do país; a exploração ilegal dos recursos; a interferência de países vizinhos; a impunidade generalizada; as rixas entre comunidades; e a fraca capacidade do exército e da polícia nacional para proteger eficazmente os civis e o território nacional e garantir a lei e a ordem.

A recorrência de tais ciclos de violência, como exemplificado pela grande crise em Kivu do Norte, que começou em abril de 2012, continuou a ser um obstáculo para a paz na RDC e ameaçou a estabilidade global e desenvolvimento da região dos Grandes Lagos. A fim de abordar as causas subjacentes ao conflito e garantir que a paz sustentável tome conta do país e da região, a Paz, uma Estrutura de Segurança e Cooperação da República Democrática

do Congo e na região foi assinada por representantes de 11 países da região, os presidentes da União Africano, a Conferência Internacional sobre a região dos Grandes Lagos, a Comunidade para o Desenvolvimento Africano Sul e do Secretário-Geral das Nações Unidas em 24 de Fevereiro de 2013, em Addis Abeba, na Etiópia.

Em 28 de março de 2013, agindo em apoio aos objetivos do acordo de estabelecimento da Paz, Cooperação e Segurança para a República Democrática do Congo e na região, e atendendo o chamado dos governos da região dos Grandes Lagos da África, o Conselho de Segurança adotou por unanimidade a resolução 2098 (2013), pelo qual se estendeu até 31 de Março de 2014, o mandato da MONUSCO e criou uma "brigada de intervenção" especializada para fortalecer a operação de manutenção da paz.

Em 2021 a missão foi renovada e de acordo com a Resolução 2582 de 2021, adotada na reunião 8807 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de junho de 2021, reafirmou o compromisso da Missão com a soberania, independência nacional, unidade e integridade territorial e enfatizou os princípios de não intervenção e cooperação regional.

Além disso, a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2021/1063 de 20 de dezembro de 2021 decide que as prioridades estratégicas da MONUSCO são contribuir para os seguintes objetivos: Proteção de civis; Apoio à estabilização e fortalecimento das instituições do Estado na RDC e às principais reformas de governança e segurança. Salienta que o mandato da MONUSCO deve ser implementado com base na priorização da proteção de civis nas decisões sobre o uso da capacidade e dos recursos disponíveis.

Todos os militares que responderam ao questionário responderam que o emprego de tropas brasileiras sob a égide da ONU está enquadrado em vários dos princípios da CF 1988. e ainda acrescentaram os seguintes relatos:

a) Prevalência dos direitos humanos, uma vez que há relatos consistentes e recorrentes de agências especializadas da ONU e ONGs no sentido de que há frequentes violações de direitos humanos no país.

b) Autodeterminação dos povos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; visto que o país hospedeiro da Missão, no caso a RDC, deve aceitar e aprovar a presença de tropas estrangeiras em seu território.

c) Não-intervenção, pelo mesmo motivo acima e pelo fato que as ações militares na RDC são em suporte à uma falta de capacidade do estado congolês em responder às ameaças de segurança no país. O país as reconhece e as atuações das tropas na RDC são coordenadas entre as forças da MONUSCO e as forças de segurança locais para racionalização de esforços e evitar fratricídio.

d) Repúdio ao terrorismo. A RDC possui entre os grupos armados mais ativos, o ADF, grupo classificado como terrorista por vários países, como os EUA, por exemplo.

e) O emprego de tropa brasileira na MONUSCO reforçaria os incisos descritos e daria maior poder político brasileiro na ONU, uma vez que o número de tropas desdobradas em operações de paz ou recursos investidos na ONU são fatores de projeção e poder nesse organismo internacional. Ademais, a MONUSCO, considerada um robust peacekeeping (UN Capstone Doctrine, 2008, p. 34), tem um Mandato focado principalmente no combate aos grupos armados ilegais e na Proteção de Civis. Tal tipo de Mandato é totalmente pertinente aos princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal,

Sendo assim, verifica-se que o Mandato da MONUSCO e suas resoluções estão de acordo com os princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal.

3.2 A MISSÃO DEVERÁ OCORRER SOBRE O MANTO DAS REGRAS EXPLICITADAS NO CAPÍTULO VI OU VII DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

O Capítulo VI da Carta das Nações Unidas prega a Solução Pacífica das Controvérsias e seu artigo 33 prega que:

"As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico sua escolha. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias".

O Capítulo VII dispõe sobre Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão e o artigo 39 fala que:

"O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão e fará recomendações ou decidir que medidas deverão ser tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais".

Essas medidas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioelétrico, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas. Entretanto, se o Conselho de Segurança considerar que as medidas citadas anteriormente se demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

De acordo com a Resolução 2582 de 2021, adotada na reunião 8807 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de junho de 2021, ficou decidido de renovar o mandato da missão sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Ainda de acordo com a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2021/1063 de 20 de dezembro de 2021, decidiu prorrogar até 20 de dezembro de 2022 o mandato da MONUSCO na RDC sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, incluindo, em caráter excepcional e sem criar precedente ou qualquer prejuízo aos princípios acordados de manutenção da paz, sua Brigada de Intervenção 23.

Decide, também, que o teto de tropas autorizado da MONUSCO será composto por 13.500 militares, 660 observadores militares e oficiais de Estado-Maior, 591 policiais e 1.050 funcionários de unidades policiais formadas, e continua concordando com o envio temporário de até 360 funcionários de unidades policiais formadas desde que sejam destacados em substituição de militares, conforme proposto pelo Secretário-Geral em seu relatório S/2019/905, e convida a Secretaria a considerar uma redução adicional do nível de destacamento militar e área de operações da MONUSCO com base na evolução positiva da situação no terreno, em particular nas regiões onde a ameaça representada por grupos armados já não é significativa, em linha com a estratégia conjunta para a retirada progressiva e faseada da MONUSCO.

Assim, verifica-se que a MONUSCO está sob o manto das regras do capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

3.3 A MISSÃO DEVERÁ GOZAR DA CONCORDÂNCIA MÚTUA DAS PARTES EM CONFLITO

A Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2020/1241 de 18 de dezembro de 2020, sobre a República Democrática do Congo, reafirma os princípios básicos da manutenção da paz, incluindo o consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força, exceto em legítima defesa e defesa do mandato, e reconhecendo que o mandato de cada missão de paz é específico para a necessidade e situação do país em causa.

Ainda neste item, verificou-se com os questionários se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO gozaria de boa receptividade pela população local e as respostas foram no sentido de que sim, seria bem recepcionada pelas características do soldado brasileiro. Entretanto, existem alguns pontos importantes a serem considerados:

"Embora o Brasil seja muito bem-visto de uma forma geral no país, por motivos diversos (futebol, cultura similar, etc), nossas tropas estariam enquadradas neste contexto da Missão. Assim, é importante também considerar que as tropas brasileiras, dependendo do valor e da natureza, estarão enquadradas em uma cadeia de comando e sob um comandante que pode tanto auxiliar como prejudicar o desempenho de nossas tropas (Assistente Militar do Comandante das Tropas, 2022)".

Se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO gozaria de boa receptividade pelo governo local as respostas foram todas positivas.

"Pela percepção de membro de uma equipe brasileira atualmente na MONUSCO, não observo qualquer tipo de animosidade entre o governo local e brasileiros. Mesmo o caso do assassinato do congolês no Brasil, que foi muito noticiado de forma negativa pela imprensa brasileira, aqui foi muito pouco difundido ou quase não difundido (Sub Cmt da Equipe Móvel de Treinamento em Operações na Selva, 2022)."

3.4 A MISSÃO DEVE SER BASEADA, PREFERENCIALMENTE, EM PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA OU QUE ESTEJAM SITUADOS NO ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL, INCLUINDO A AMÉRICA LATINA E ÁFRICA

O entorno estratégico brasileiro é definido pela América do Sul, Atlântico Sul, Costa Ocidental da África e Continente Antártico. O Atlântico Sul é a região delimitada geoestratégicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (PND). “O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte”, segundo define o Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040.

Sendo assim, o único país no entorno estratégico do Brasil que possui missão de paz da ONU é o Congo.

O questionário aplicado também verificou se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO contribuiria para abertura de novos mercados para negócios brasileiros na África e verificou-se que as respostas não foram conclusivas. Pois depende muito mais de uma política comercial do Estado Brasileiro. Entretanto, poderia ser um grande mercado para o Brasil.

"Estima-se que, em 2050, a população da África salte dos atuais 1,3 bilhões para 2,5 bilhões de pessoas, aumentando sua participação no âmbito da economia mundial. Este futuro de oportunidades já foi alvo de atenção de outros atores da sociedade internacional. Destaca-se, por exemplo, que a China conta atualmente com embaixadas em 52 (cinquenta e dois) dos 54 (cinquenta e quatro) estados africanos e que, entre 2002 e 2018, aumentou suas trocas comerciais em mais de 16 (dezesseis) vezes com países do continente.

O PIB da RDC em 2020 foi de US\$ 46,1 bilhões. Entre os 54 (cinquenta e quatro) países africanos, tem a 11ª economia, ficando à frente de países como Moçambique, Líbia e Camarões.

A RDC, além de possuir um enorme mercado consumidor, dispõe de consideráveis reservas de pedras e metais preciosos, a exemplo do diamante e do ouro. O país é possuidor de abundantes reservas de minérios estratégicos, a exemplo de tantalita, urânio, lítio, cobre e cobalto, esse último matéria prima essencial para a produção de baterias e processadores eletrônicos. O Congo é

frequentemente chamado, tamanha a variedade e a concentração de minérios, de uma “aberração geológica”.

Além disso, o Congo concentra grande parte da segunda maior floresta tropical do planeta e a segunda maior bacia hidrográfica do mundo. Tais características fazem com que a RDC disponha, assim como o Brasil, enorme biodiversidade, potencial hídrico e energético (Assistente Militar do Comandante das Tropas, 2022)”.

Além disso, foi perguntado se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO facilitaria o estabelecimento de novas políticas de cooperação com a República Democrática do Congo, e fortalecimento das já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno (African Union, ICGLR, SADC). As respostas também não foram conclusivas, pois dependem do Ministério das relações Externas.

Ainda, verificou se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO possibilitaria a ocupação de espaço político no entorno estratégico contraponto com a presença chinesa no Atlântico Sul e as respostas foram negativas.

Acredito que ocuparia uma importante posição que poderia trazer excelentes retornos em diversas expressões do poder (política e economicamente principalmente). No entanto, não seria suficiente para se tornar um contraponto a presença chinesa no Atlântico Sul. Na minha opinião poderia ser apenas um importante passo inicial nessa direção (contraponto a presença chinesa) (*Sub Cmt da Seção de Operações da MONUSCO, 2021*).

3.5 A MISSÃO DEVE PERMITIR QUE O RODÍZIO DAS TROPAS BRASILEIRAS OCORRA A CADA 6 MESES MESMO QUE O RODÍZIO INTERMEDIÁRIO OCORRA POR CONTA DO BRASIL.

A distância do Porto do Rio de Janeiro até o Porto de matado na República Democrática do Congo é de 6349 km, existindo rotas marítimas diretas e aéreas com escalas entre os países. A escolha pela saída do Rio de Janeiro é pela existência da Base de Apoio Logístico (Ba Ap Log Ex), Organização Militar que tem como missão executar o apoio logístico ao Exército como um todo, inclusive o apoio às missões de paz. A Ba Ap Log Ex também coordena o desembarço alfandegário de importação e exportação de material de interesse do Exército Brasileiro, desenvolvendo uma função primordial.

Existem três principais portos na RDC, Porto de Matadi, Porto de Banana e Porto de Bomo. O Porto de Matadi, é o principal porto marítimo do país, além da capital da província de Kongo Central, o porto de Matadi fica situado na margem esquerda do Rio Congo, e é utilizado tanto para manuseio e abrigo de contêineres, seu terminal também é utilizado para quebrar cargas, ensacamento e toras de madeira.

É responsável por 90% do tráfego marítimo, possuindo capacidade de movimentação de 2.500.000 toneladas de carga por ano, é conectado a cidade de Kinshasa por ferrovia e possui 1.610 metros de comprimento, contando com 10 cais, possibilitando o estacionamento de dez grandes navios ao mesmo tempo.

O Porto também conta com um pátio de contêineres que pode abrigar 3.500 contêineres, um atrás dos armazéns e um para contêineres vazios, mas esse tem sua capacidade desconhecida, existem 8 armazéns para carga convencional, com o terminal de contêineres com capacidade para 60.000m e 6.200 TEUs e o pátio de armazenamento com capacidade para 40.000m²



Figura 2 - Distância entre o Porto do Rio de Janeiro até o Porto de Matadi na RDC [https://www.google.com.br/maps/dir/Rio de Janeiro,+República+Democrática+do+Congo/Matadi+República+Democrática+do+Congo/](https://www.google.com.br/maps/dir/Rio+de+Janeiro,+República+Democrática+do+Congo/Matadi+República+Democrática+do+Congo/)

Outra possibilidade é o Porto de Bomo, localizado na margem direita do Rio Congo, sendo o segundo maior porto do país (atrás apenas de Matadi), a cidade já foi capital do país quando era Congo Belga, perdendo o posto quando a capital foi transferida para Léopoldville (Kinshasa nos dias atuais). Em 1889, este porto era destinado a facilitação do processo de evacuação de produtos agrícolas e florestais na região de Mayombe, após a queda na produção, o porto se profissionalizou com o tráfego de importação de veículos.

O Terminal do Porto é multiuso, permitindo o manuseio de contêineres, veículos, cargas a granel, bagagem e toras de madeira, também possui 2 armazéns para cargas

convencionais, um terminal de contêineres com 60.000m², um armazém para carga geral de exportação com 40.000m² e um terminal de toras/madeira-serrada.

Do porto de Matadi até Kinshasa, sede da MONUSCO a distância é de 329 Km em um percurso de duração de 6 horas por estrada.

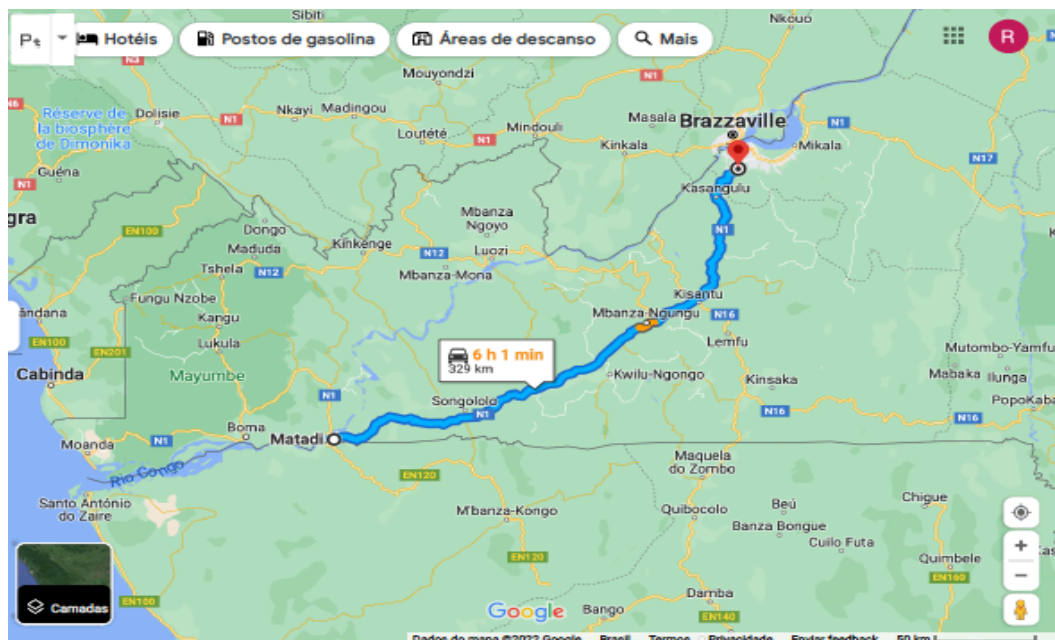


Figura 3 - Distância entre o Porto de Matadi e Kinshasa, cidade sede da MONUSCO Fonte: <https://www.google.com.br/maps/dir/Matadi,+República+Democrática+do+Congo/Kinshasa,+República+Democrática+do+Congo>

De acordo com o Estado-Maior da Aeronáutica, citado pelo Relatório SETA, 2016, no caso do apoio aéreo, é possível ser realizado por meio da aeronave C-130 com carga otimizada de 12.000 Kg e a rota seria Base Aérea do Galeão, Base Aérea de Fortaleza, Abidjan na Costa do marfim, Kinshasa - RDC, com o total de 32 horas de voo.

Assim, verifica-se que é possível realizar o deslocamento de tropa brasileiras e a manutenção da logística para a Área de Operações da MONUSCO com os meios das Forças Armadas Brasileiras e permitir rodízio a cada seis meses do contingente empregado.

Os militares que responderam o questionário acrescentaram que a grande maioria dos contingentes da Missão rotaciona com um ano, sendo um período mais adequado pela necessidade de treinamento e medidas administrativas. Entretanto, a julgar pela rede de aeroportos e de estradas, em geral seria possível. Ainda, o contingente URUGUAIO já realiza o seu rodízio a cada 6 meses.

3.6 OPTAR, PREFERENCIALMENTE, POR MISSÕES LOCALIZADAS EM PAÍSES BANHADOS PELO OCEANO A FIM DE FACILITAR A LOGÍSTICA DE RESSUPRIMENTO DAS TROPAS.

O Congo possui uma linha estreita banhada pelo Oceano Atlântico, são somente 37 Km(<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/congo-democratic-republic-of-the/#geography>), porém existem três portos com possibilidade de serem utilizados, conforme citado no item 3.5.

3.7 AS MISSÕES QUE POSSUAM TROPAS OU OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR ORIUNDOS DE PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO OU QUE SEJAM MEMBROS DA OTAN DESPERTAM PARTICULAR INTERESSE EM VIRTUDE DA POSSIBILIDADE DE AGREGAR VALOR À DOCTRINA DE OPERAÇÃO ATUAL.

A MONUSCO possui 12575 (doze mil quinhentos e setenta e cinco) militares que atuam distribuídos conforme figura abaixo. O Brasil contribui com 22 (vinte e dois) militares entre eles o Comandante do Componente Militar da Missão, oficiais de Estado-Maior e especialistas em Guerra na Selva.

Verifica-se no ANEXO II que a missão não possui tropas ou oficiais de Estado-Maior oriundo de países do primeiro mundo ou membros da OTAN.

Ainda, verificou com os questionários se o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO agregaria valor à doutrina brasileira de operação atual e todas as repostas foram positivas. *"A MONUSCO é um laboratório doutrinário do Departamento de Op Paz da ONU onde várias iniciativas novas são postas em prática, como o emprego de FE, Intlg, Anv Atq Ae, BGE e outras (Assistente Militar do Comandante das Tropas, 2022)"*

"A característica do terreno, de uma maneira geral, é favorável ao emprego de tropas habilitadas a operar em ambiente de selva. A combinação desses aspectos permitiria que tropas brasileiras fossem empregadas em uma situação real de combate, contribuindo para uma possível evolução da doutrina militar brasileira. A experiência adquirida no desdobramento da tropa em um país onde o conflito armado é latente, agrega valor tanto para tropa, quanto para o Estado-maior e tomadores de decisão (Sub Cmt da Seção de Operações, 2021)".

3.8 A MISSÃO DEVE, PREFERENCIALMENTE, FAZER PARTE DO ROL DE NECESSIDADES DA ONU EXPLICITADAS NO DOCUMENTO “CURRENT AND EMERGING UNIFORMED CAPABILITY REQUIREMENTS FOR UN PEACEKEEPING _ 2019”

De acordo com comunicação recebida em 11/10/21 da Missão Permanente do Brasil em Nova York, o Departamento de Operações de Paz (DPO) da Organização das Nações Unidas circulou edição de setembro de 2021 do inventário de requisitos para emprego de pessoal uniformizado nas operações de manutenção da paz (“Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping - 2021”), não existe necessidade explicitada para a MONUSCO. Entretanto, trimestralmente esse documento é revisado e poderá acontecer alteração nas necessidades.

As respostas aos questionários acrescentaram que a missão está passando por um período de mudança das características. A quantidade de Batalhões de Infantaria Mecanizados (aqui chamados de de Rapid Deployments Battalions – RDB) tendem a diminuir. Existe uma demanda por tropas mais leves que podem ser infiltradas por meio de helicópteros, mais adaptadas a serem empregadas em ambientes de selva. Existem estudos para a redução de efetivos desdobrados na área da missão para criação de uma Força de Reação Rápida, com efetivo de 250 militares, sendo uma possibilidade para o Brasil.

3.9 ANÁLISE DOS FATORES DA MISSÃO

3.9.1 FATOR DA INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

Este fator verifica a influência das condições ambientais nas operações e leva em consideração elementos como terreno e condições climáticas.

3.9.2 PERFIL DO TERRENO

Este fator atribui valores de acordo com o terreno montanhoso, terreno desértico e terreno pantanoso ou selva. Ainda, deve ser levado em consideração o percentual do terreno que possui as características apontadas.

Elevação (A)	Pontos (B)	Percentual da área (C)	Total de pontos (D) = (B) x ((C)/100)
Normal (menos de 800 metros)	0	60	0 x 0,6
Moderado (801–1,600 metros)	1	30	1 x 0,3
Importante (1,601–2,400 metros)	2	10	2 x 0,1
Extremo (2,401 metros e acima)	3	0	-
Total de pontos			0,4

Quadro 1 - Pontuação para influência da elevação nas operações

Áreas pantanosas ou selva(A)	Pontos (B)	Percentual da área (C)	Total de pontos (D) = (B) x ((C)/100)
Normal (menos de 5%)	0	-	-
Moderado (5 a 15%)	1	-	-
Importante (15 a 40%)	2	-	-
Extremo (40% ou mais)	3	40	3 x 0,4
Total de pontos			1,2

Quadro 2 - Pontuação para influência da vegetação nas operações

No fator perfil do terreno a MONUSCO recebeu o total de pontos de 1,6

3.9.3 CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

Este fator atribui valores de acordo com o clima tropical, clima polar/ártico e clima desértico. Ainda, deve ser levado em consideração o percentual do terreno que possui os climas apontados.

Clima Tropical (A)	Pontos (B)	Percentual da área (C)	Total de pontos (D) = (B) x ((C)/100)
Normal (média de temperatura menor que 18 C, precipitação normal)	0	10	0
Moderado (média de temperatura maior que 18 C, precipitação 30 a 50% ao ano)	1	20	1 x 0,2
Importante (média de temperatura maior que 18 C, precipitação 50 a 75% ao ano)	2	60	2 x 0,6
Extremo (média de temperatura maior que 18 C, precipitação maior que 75% ao ano)	3	10	3 x 0,1
Total de pontos			1,7

Quadro 3 - Pontuação para clima tropical

3.9.4 PROXIMIDADE DO LITORAL

Fator definido pela presença de areia, sal e umidade a uma certa distância do litoral.

Calculado o percentual do território afastado 5 (cinco) quilômetros do litoral.

Proximidade do litoral (A)	Pontos (B)	Percentual da área (C)	Total de pontos (D) = (B) x ((C)/100)
Percentual da área até 5(cinco) Km do litoral	1	0	0
Total de pontos			0

Quadro 4 - Pontuação para proximidade do litoral

3.9.5 TOTAL DE PONTOS DO FATOR INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

Total de pontos do Fator condições ambientais	Total de pontos
Perfil do terreno (máximo 3 pontos)	1,6
Condições climáticas e proximidade do litoral (máximo 4 pontos)	1,7
Total de pontos (máximo 7 pontos)	3,3
Percentual do fator condições ambientais*	2,35%

Quadro 5 - Pontuação para o Fator Influência das Condições Ambientais

*O fator influência das condições ambientais, em percentual, é igual ao total de pontos dividido por 1,4 e não deve ser maior que 5. Assim, $3.3/1,4 = 2,35\%$

3.9.6. FATOR CUSTO DO APOIO LOGÍSTICO E INFRAESTRUTURA LOCAL

Este fator verifica a logística dentro do país e as condições das estradas. Foram avaliados o tamanho da cadeia logística, infraestrutura do país e condições das estradas. As condições das estradas levaram em consideração as estradas principais, estradas secundárias e as em condições ruins.

3.9.7 TAMANHO DA CADEIA LOGÍSTICA

O tamanho da cadeia logística deve ser calculado com base na distância entre a base da missão de paz e os pontos de atuação da tropa.

Distância da base até os locais de atuação (mais distantes)	Pontos (B)	
Distância da base 0–200 Quilômetros	0	-
Distância da base 201–300 Quilômetros	1	-
Distância da base 301–500 Quilômetros	2	-
Distância da base 501–800 Quilômetros	3	-
Distância maior que 801 Quilômetros	4	4
A missão ocupa mais de 50% do território do país (C)	(C) 3	
Total de pontos B/C		1,33

Quadro 6 - Pontuação para distância entre a base e locais de atuação da tropa

3.9.8 INFRAESTRUTURA

Infraestrutura disponível	Pontos (E)	
Suficiente	0	-
Pouca infraestrutura, mas com suporte técnico, como eletricidade, postos de gasolina, água encanada	2	-
Infraestrutura suficiente, mas sem suporte técnico, como eletricidade, postos de gasolina, água encanada	2	-
Pouca infraestrutura, mas sem suporte técnico, como eletricidade, postos de gasolina, água encanada	3	3
Sem estrutura	4	-

Quadro 7 - Pontuação para infraestrutura disponível

3.9.9 CONDIÇÕES DAS ESTRADAS

Estradas principais	Pontos (F)	Total de pontos
Poucas estradas principais pavimentadas	1	1
Estradas principais não pavimentadas	2	-
Não existe ruas principais	3	-

Quadro 8 - Pontuação para as estradas principais

Estradas secundárias	Pontos (G)	Total de pontos
Muitas estradas secundárias não pavimentadas	0	0
Poucas estradas secundárias não pavimentadas	1	-

Quadro 9 - Pontuação para as estradas secundárias

Percentual do país com estradas em condições ruins	Pontos (H)	Total de pontos
Pequena porção (10 – 29 %)	1	-
Moderada (30 – 49 %)	2	-
Substancial (50 – 69 %)	3	-
Maior parte (70 - 100 %)	4	4

Quadro 10 - Pontuação para o percentual do país com estradas ruins

Total de pontos da condições das estradas(I) = (F)+(G)/(H)
1/4 = 0,25

Quadro 11 - Pontuação para condições gerais das estradas

3.9.10 TOTAL DE PONTOS DO FATOR CUSTO DO APOIO LOGÍSTICO E INFRAESTRUTURA LOCAL

Fator custo do apoio logístico e infraestrutura local	Pontos
Tamanho da cadeia logística (máximo de 4 pontos)	1,33
Infraestrutura (máximo de 4 pontos)	3
Condições das estradas (máximo 4 pontos)	0,25
Total de pontos	4,58
Percentual do fator custo do apoio logístico* (total de pontos/3,2)	1,43%

Quadro 12 - Pontuação total para o Fator Custo do Apoio Logístico e Infraestrutura Local

*O Fator Custo do Apoio Logístico e Infraestrutura Local, em percentual, é igual ao total de pontos dividido por 3,2 e não deve ser maior que 5. Assim, $4,58/3,2=1,43\%$

3.9.11 FATOR NÍVEL DE HOSTILIDADE E INTENSIDADE DAS OPERAÇÕES

Este fator verifica as atividades criminais, potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por combatentes participantes do processo de paz, existência de minas terrestres não controladas, potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por facções não participantes do processo de paz.

3.9.12 ATIVIDADES CRIMINAIS

Casos ocasionais de roubo e não existe uma força policial que controle os crimes.	2	2
Desarmamento das facções já foi realizado	1	-
Existe conhecimento das autoridades locais da criminalidade	2	2
Crimes frequentes envolvendo outras agências da ONU e ONG	3	-
Total		4

Quadro 13 - Pontuação para atividades criminais

3.9.13 POTENCIAL DE ENGAJAMENTO HOSTIL DAS FORÇAS DA ONU POR COMBATENTES PARTICIPANTES DO PROCESSO DE PAZ

Tem poucas armas pesadas e não estão no alcance das tropas da ONU	1	-
Tem armas pesadas e normalmente não estão no alcance das tropas da ONU	2	-
Tem bastante armas pesadas, mas não estão no alcance das tropas da ONU	2	-
Tem bastante armas pesadas e estão no alcance das tropas da ONU	4	4
Combatentes não estão envolvidos com a paz duradoura	1	-
Existe uma história de quebras do acordo de paz	4	-
Existem ataques frequentes aos militares e civis da ONU e ONG	4	2
Total		6

Quadro 14 - Pontuação para engajamento hostil das Forças da ONU por combatentes participantes do processo de paz

3.9.14 EXISTÊNCIA DE MINAS TERRESTRES NÃO CONTROLADAS

Existem poucas minas que são consideradas ameaça para a missão	1	-
Estradas principais e secundárias livres de minas, mas campos abertos com possibilidade de existência de minas	1	1
Estradas principais e secundárias com existência de minas	3	-
Desminagem requerida, com necessidade de marcação de área	3	3
Total		4

Quadro 15 - Pontuação para existência de minas terrestres não controladas

3.9.15 POTENCIAL DE ENGAJAMENTO HOSTIL DAS FORÇAS DA ONU POR FACÇÕES NÃO PARTICIPANTES DO PROCESSO DE PAZ.

Existência de facções criminosas que engajam Forças da ONU, mas que estão fora da área de Operações	1	-
Existência de facções criminosas que engajam Forças da ONU que estão na área de Operações	2	-
Existem atividades hostis contra civis fora da área de operações	1	1
Existem atividades hostis contra civis dentro da área de operações	3	3
Existem atividades hostis contra militares e civis integrantes da missão da ONU fora da área de operações	3	-
Existem atividades hostis contra militares e civis integrantes da missão da ONU dentro da área de operações	5	5
Total		9

Quadro 16 - Pontuação para potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por facções não participantes do processo de paz.

3.9.16 TOTAL DE PONTOS DO FATOR NÍVEL DE HOSTILIDADE E INTENSIDADE DAS OPERAÇÕES

Fator nível de hostilidade e intensidade das operações	Máximo de pontos	Pontos
Atividades criminais	8	4
Potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por combatentes participantes do processo de paz	13	6
Existência de minas terrestres não controladas	6	4
Potencial de engajamento hostil das Forças da ONU por facções não participantes do processo de paz	15	9
Total		25
Percentual do fator nível de hostilidade e intensidade das operações* (total de pontos/7)		3,57%

Quadro 17 - Pontuação total de pontos do Fator Nível de hostilidade e intensidade das operações

*O Fator Nível de hostilidade e intensidade das operações, em percentual, é igual ao total de pontos dividido por 7 e não deve ser maior que 5. Assim, $25/7 = 3,57\%$.

3.9.17 TOTAL PERCENTUAL DOS FATORES DA MISSÃO

Percentual do fator condições ambientais*	2,35%
Percentual do fator custo do apoio logístico*	1,43%
Percentual do fator nível de hostilidade e intensidade das operações*	3,57%
Percentual total	7,35%

Quadro 18 - Percentual total dos fatores de missão

4. MATRIZ DE VANTAGENS E DESVANTAGENS

VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de tropa sulamericana (Uruguai), o que permitiria a participação de tropa brasileira mediante memorando de entendimentos com essa nação amiga; e - Maior facilidade em se obter o apoio político para a autorização de remessa de tropas por estar dentro entorno estratégico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior risco de baixas devido à presença de milícias na área de operações; - Dificuldade de apoio logístico devido à posição da área de operações em relação ao litoral; - Não permite troca de experiências com tropas integrantes a OTAN; e - Risco epidemiológico elevado devido à presença de diversas doenças no país.

Quadro 19: Matriz de vantagens e desvantagens da MONUSCO

5. PARECER FINAL SOBRE A MISSÃO

Análise APA da MONUSCO		
APA	Critério	Parecer
Adequabilidade	Os princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal, deverão ser respeitados na íntegra.	✓
	A missão deverá ocorrer sob o manto das regras explicitadas nos capítulos VI ou VII da Carta da Nações Unidas.	✓
	A missão deverá gozar da concordância mútua das partes em conflito	✓
Praticabilidade	A missão deve ser baseada, preferencialmente, em países de Língua Portuguesa ou que estejam situados no entorno estratégico do Brasil, incluindo a América Latina e África.	✓
	A missão deve permitir que o rodízio das tropas brasileiras ocorra a cada 6 meses mesmo que o rodízio intermediário ocorra por conta do Brasil.	✓
	Optar, preferencialmente, por missões localizadas em países banhados pelo oceano a fim de facilitar a logística de ressuprimento das tropas.	✓
	As missões que possuam tropas ou oficiais de estado-maior oriundos de países de primeiro mundo ou que sejam membros da OTAN despertam particular interesse em virtude da possibilidade de agregar valor à doutrina de operação atual.	X
	A missão deve, preferencialmente, fazer parte do rol de necessidades da ONU explicitadas no documento “Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping _ Sept 2019.pdf”.	X
Aceitabilidade	O “ <i>hostileaction/forcedabandonmentfactor</i> ” ≤ 4%.	✓
	O <i>total mission factor</i> ≤ 12%.	✓

Fonte: o autor

6. COMPARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE 2022 COM O RELATÓRIO DO PROJETO SETA DE 2016

ANÁLISE APA DA MISSÃO		
APA	Critério	Parecer
Adequabilidade	Os princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal, deverão ser respeitados na íntegra.	✓
	A missão deverá ocorrer sob o manto das regras explicitadas nos capítulos VI ou VII da Carta da Nações Unidas.	✓
	A missão deverá gozar da concordância mútua das partes em conflito	✓
Praticabilidade	A missão deve ser baseada, preferencialmente, em países de Língua Portuguesa ou que estejam situados no entorno estratégico do Brasil, incluindo a América Latina e África.	✓
	A missão deve permitir que o rodízio das tropas brasileiras ocorra a cada 6 meses mesmo que o rodízio intermediário ocorra por conta do Brasil.	✓
	Optar, preferencialmente, por missões localizadas em países banhados pelo oceano a fim de facilitar a logística de ressuprimento das tropas.	✓
	As missões que possuam tropas ou oficiais de estado-maior oriundos de países de primeiro mundo ou que sejam membros da OTAN despertam particular interesse em virtude da possibilidade de agregar valor à doutrina de operação atual.	✗
	A missão deve, preferencialmente, fazer parte do rol de necessidades da ONU explicitadas no documento “Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for UN Peacekeeping _ Sept 2016.pdf”.	✗
Aceitabilidade	O “ <i>hostileaction/forcedabandonmentfactor</i> ” ≤ 4%.	✓
	O <i>total missionfactor</i> ≤ 12%.	✓

Fonte: Grupo de Trabalho

O relatório do Projeto Seta de 2016 trouxe a seguinte análise da missão:

Comparando com a análise realizada por este autor, verifica-se que a situação de 2022 permanece a mesma de 2016.

7. CONCLUSÃO

Após análise dos fatores da MONUSCO, verificou-se que é ADEQUADO, PRATICÁVEL e ACEITÁVEL o possível emprego de tropas brasileiras na referida missão e os fatores da missão permaneceram inalterados se comparados à análise realizada em 2016 pelo Ministério da Defesa.

Concluiu-se ser ADEQUADO o emprego de tropas na MONUSCO, pois a Missão atende aos princípios vigentes na Constituição Federal, no que se refere às relações internacionais; ocorre sob o manto da Carta das Nações Unidas; e é de concordância mútua entre as partes do conflito. Além disso os militares que fizeram parte da missão, afirmaram

que o possível emprego das tropas brasileiras gozaria de muito boa receptividade pelo governo Congolês.

A missão foi considerada PRATICÁVEL, pois está situada no entorno estratégico do Brasil, permitindo que, junto com Ministério das Relações Exteriores, o emprego das tropas brasileiras contribua positivamente para o estabelecimento de novas políticas de cooperação com a República Democrática do Congo, e fortaleça as já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno; permite realizar o rodízio das tropas a cada 06 (seis) meses, desde que o país assuma os custos para que isso ocorra; logisticamente viável, tendo três portos em condições de serem utilizados para facilitar o ressuprimento das tropas. No que se refere a possibilidade de agregar valor à doutrina, apesar de não ter oficiais de Estado-Maior oriundos de países da OTAN, segundo as respostas do questionário, o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO geraria importantes conhecimentos para as tropas, Estado-Maior e decisores.

O emprego de tropas é ACEITÁVEL, pois atende ao parâmetro estabelecido pelo Ministério da Defesa em 2016 para os fatores da missão, sendo eles: influência das condições ambientais; custo do apoio logístico e infraestrutura local; e nível de hostilidade e intensidade das operações.

Assim, após o atendimento de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade dos fatores da missão e questionamento à militares que serviram na MONUSCO, verificou-se que o possível emprego de tropas na referida missão é interessante para o Exército Brasileiro, Ministério da Defesa e para o Brasil.

REFERÊNCIAS

BENZECRY, Marcos André. A evolução da participação brasileira nas Operações de Paz da ONU e o paradigma do uso da força – Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.223: Operações. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.219: Operações de Paz. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. Exército. Estado Maior. EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre. 2. ed. Brasília, DF, 2019.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa. Brasil, 2012. Disponível em: http://eblog.eb.mil.br/wpcontent/uploads/2013/09/politica_nacional_defesa.pdf. Acesso em 02 Mar 2021.

_____._____. Política Nacional de Defesa (2012) e Estratégia Nacional de Defesa (2012). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa ENDPND. Acessado em: 25 Mar 21.

_____._____. Portaria Normativa Nr 73/GM-MD, de 20 de novembro de 2018. Aprova a Diretriz Ministerial para Gerenciamento da Participação Brasileira em Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas ou de Outros Organismos internacionais. Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2018.

_____._____. Portaria Normativa Nr 7/EMCFA-MD, de 15 de outubro de 2020. Estabelece a coordenação para a disponibilização de capacidades em Forças de Paz no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2020.

_____._____. RELATÓRIO FINAL DO PROJETO SETA (Rev. 4), SELEÇÃO E EMPREGO DE TROPAS ADJUDICADAS EM OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU, 2016

CANELLAS, André Duarte. As Operações de Paz, as Forças Armadas e a Política Externa Brasileira. Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping UN Department of Peace Operations, May 2019.

_____. Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions, 2020.

_____. Resolução 2582 de 2021, adotada na reunião 8807 do Conselho de Segurança da ONU, de 29 de junho de 2021. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/171/45/PDF/N2117145.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 de março de 2022.

_____. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1925 de 01 de julho de 2010. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/683422>. Acesso em: 16 de março de 2022.

_____. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2020/1241 de 18 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3895617?ln=en>. Acesso em: 16 de março de 2022.

_____. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2021/1063 de 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3952023?ln=en>. Acesso em: 16 de março de 2022.

_____. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/2019/905 de 26 de novembro de 2019. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3837320?ln=en>. Acesso em: 16 de março de 2022.

_____. Carta das Nações Unidas e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Nações-Unidas>. Acesso em: 15 de março de 2022.

ROCHA, Carlos Henrique Martins. Implementação da agenda Action for Peacekeeping, sob a ótica da doutrina militar brasileira, em um futuro emprego de tropas em Missões de Paz da ONU. Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

RODRIGUES A, Migon E. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. Carta Internacional, 2017.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza e MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. A Importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2021.

WORLD FACT BOOK - MALI Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mali>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ANEXO I

ADEQUABILIDADE, PRATICABILIDADE E ACEITABILIDADE DE UM POSSÍVEL EMPREGO DE TROPA DA FORÇA TERRESTRE NA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (MONUSCO)

por Renato Souza Pinto Soeiro

O presente questionário faz parte do Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, pelo coronel Renato Souza Pinto Soeiro.

O Brasil tem contribuído sobremaneira para a paz e segurança mundial. Sua primeira participação em missões de paz ocorreu em 1947, quando militares e diplomatas brasileiros participaram da primeira equipe multinacional que atuou na região dos Balcãs, na Europa. Cerca de dez anos depois, o Brasil participou pela primeira vez com tropas, organizadas em contingentes de unidades constituídas, na região do Canal de Suez.

Desde então, o país participou de quarenta e sete missões, sendo quarenta e três operações de manutenção da paz, tendo enviado cerca de 50 mil militares para diversas partes do mundo (ROCHA, 2021). A participação brasileira nessas operações foi pautada pelos princípios constitucionais e ocorreram em consonância com os mais importantes interesses brasileiros, expressados claramente na Política de Defesa Nacional (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END) 2019.

A PND (2019) alerta que a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tendem a acentuar-se, de sorte que o país poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missões.

Após o encerramento da participação brasileira na Missão de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), ocorrida de 2004 até 2017, abriu a possibilidade de envio de tropa para outras operações de paz e o Brasil deve estar preparado para o emprego em outras missões.

Com esse objetivo, em 2016 foi realizado um trabalho pela Subchefia de Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, com o objetivo de determinar, dentre as atuais operações de paz das Nações Unidas, por ordem de prioridade,

quais seriam mais adequadas, praticáveis e aceitáveis. Com o intuito de atualizar a análise realizada em 2016, o objetivo geral traçado para o presente trabalho foi verificar a adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade de um possível emprego de tropa da Força Terrestre na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

A intenção deste questionário é coletar, de forma qualitativa, pontos de vista individuais, com base nas experiências profissionais próprias, vivenciadas na MONUSCO, ou junto à Missão de Segurança da Embaixada do Brasil na República Democrática do Congo (Destacamento DIAMANTE) de modo a obter PERCEPÇÕES de militares do EB sobre o tema.

Agradeço antecipadamente a participação do Sr.

Questionário

Parte 1 - Identificação

1. Posto/Graduação Nome de Guerra:
2. OM atual:
3. Cargo ou Função que desempenhou/desempenha na MONUSCO:
4. Qual período que permaneceu na MONUSCO ou no Destacamento Diamante:
5. Endereço de e-mail:
- 6.

Parte 2 - Análise dos critérios críticos de um possível emprego de tropa brasileira na MONUSCO

1. O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO seguiriam os princípios vigentes relativos às relações internacionais, previstos no artigo 4º da Constituição Federal? Justifique.

O artigo 4º da Constituição Federal afirma que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político

2. O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO ocorreria sobre o manto das regras explicitadas no Capítulo VI ou VII da Carta das Nações Unidas? Justifique
3. O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO gozaria de boa receptividade pela população local? Justifique
4. O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO gozaria de boa receptividade pelo governo local? Justifique
5. O Sr considera que seria possível o rodízio das tropas brasileiras a cada 6 meses mesmo que o rodízio intermediário ocorra por conta do Brasil? Justifique
6. O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO agregaria valor à doutrina brasileira de operação atual? Justifique
7. A missão possui necessidades de reacompanhamento ou troca de países contribuidores de tropa (TCC)? Justifique

Parte 3 - Oportunidades políticas do emprego das tropas brasileiras na MONUSCO

- 1- O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO contribuiria para projeção política internacional do Brasil (Brazilian soft power)?
- 2- O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO contribuiria para abertura de novos mercados para negócios brasileiros na África?
- 3- O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO facilitaria o estabelecimento de novas políticas de cooperação com a República Democrática do Congo, e fortalecimento das já existentes, angariando a simpatia deste importante país africano e, por conseguinte, dos demais países do entorno (African Union, ICGLR, SADC)?
- 4- O Sr considera que o emprego das tropas brasileiras na MONUSCO possibilitaria a ocupação de espaço político no entorno estratégico (ação de presença) x contraponto a presença chinesa no Atlântico Sul?

Parte 4 - Possíveis riscos do emprego das tropas brasileiras na MONUSCO

37

- 1- O Sr considera que existe a possibilidade de término, em curto prazo, da MONUSCO? (já existe o planejamento de transferência de tarefas para o governo congolês e de uma retirada responsável e sustentável da missão.)
- 2- O Sr considera que existe a possibilidade de risco elevado de morte de militares do EB em combate?

3- Sendo o ambiente operacional do Congo similar ao da Amazônia Brasileira, seria interessante o emprego de tropas da região norte do Brasil. Assim, o Sr considera um possível risco o emprego de tropa de uma área de defesa prioritária brasileira?

Muito obrigado pela sua contribuição!

ANEXO II

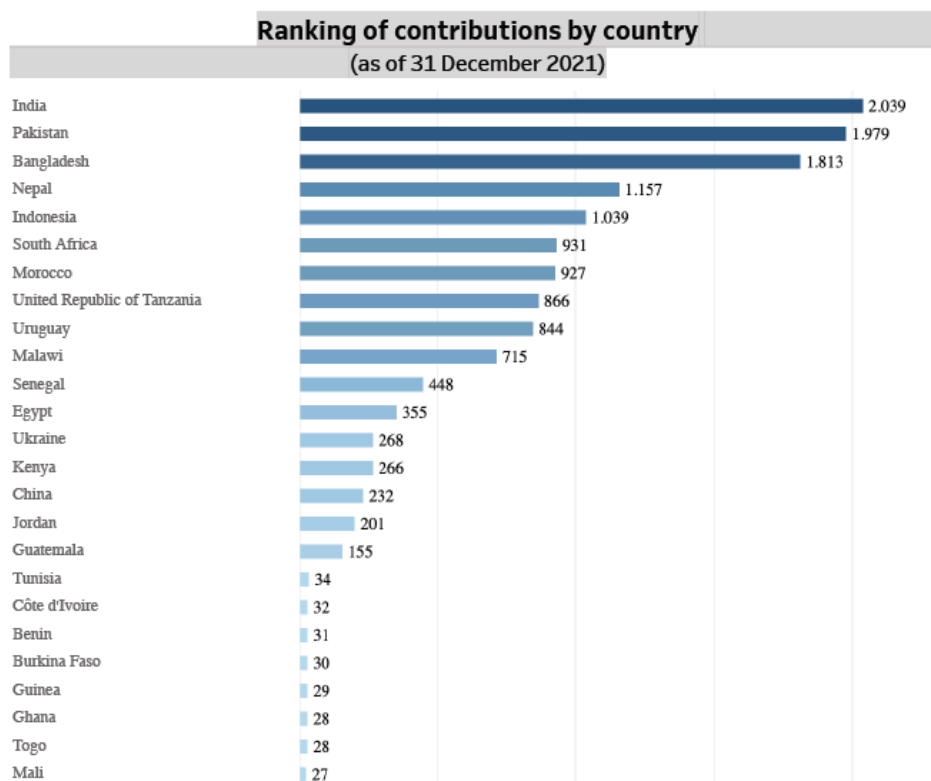


Figura 4 - Distribuição de efetivo militar da MONUSCO
Fonte: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>

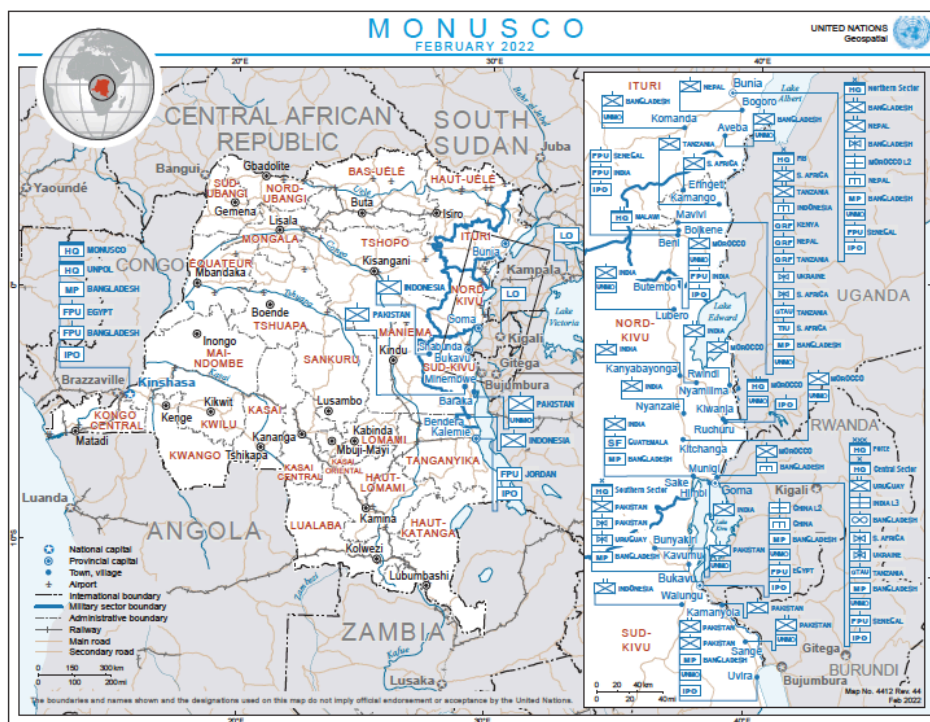


Figura 5 - Distribuição de efetivo militar da MONUSCO
Fonte: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>